

GRUPOS DE ESTUDO
sobre questões pertinentes do *Relatório de Síntese* da Primeira Sessão
da XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos

**POR UMA IGREJA SINODAL:
COMUNHÃO, PARTICIPAÇÃO, MISSÃO**

GRUPO DE ESTUDO N.º 6
REVISÃO, NUMA PERSPETIVA SINODAL E MISSIONÁRIA, DOS
DOCUMENTOS SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE
BISPOS, VIDA CONSAGRADA E ASSOCIAÇÕES ECLESIAIS

SÍNTESE

[Tradução para português do original italiano.]

1. Contexto e finalidade

O Grupo de Estudo 6 (GE6) tinha como missão elaborar reflexões e propostas sobre a revisão, numa perspetiva sinodal e missionária, dos documentos que regulam as relações entre bispos, vida consagrada e associações eclesiais (associações de fiéis, movimentos eclesiais, novas comunidades: AFMENC). O texto de síntese foi concebido como um contributo prático a apresentar ao Santo Padre, com o objetivo de promover uma “conversão relacional” capaz de renovar as formas de caminhar juntos na Igreja universal.

2. Urgência da conversão relacional

O GE6 destacou a necessidade de ultrapassar abordagens funcionais ou meramente hierárquicas para estabelecer relacionamentos baseados na confiança, na escuta recíproca e na partilha generosa de dons. A conversão relacional não é um simples *slogan*, mas um compromisso concreto de transformação interior (corações e atitudes) e estrutural (linguagens, métodos, espaços de encontro), para que o Povo de Deus viva verdadeiramente como um único sujeito comunitário e histórico da sinodalidade e da missão.

3. Princípios inspiradores

- *Eclesiologia conciliar*: a Igreja é Povo de Deus, sacramento de unidade e comunhão.
- *Sinodalidade e missão*: caminhar juntos com corresponsabilidade, orientados para o anúncio do Evangelho.
- *Reciprocidade e co-essencialidade*: dons hierárquicos e carismáticos cooperam harmonicamente na Igreja.
- *Transparência, inclusão e participação ativa* de todos os protagonistas (bispos, consagrados, associações, leigos).

4. Metodologia e composição

- Duração dos trabalhos: abril 2024 – fevereiro 2026.
- Estrutura: comissão central + três subgrupos temáticos (6.1: relações bispos - vida consagrada; 6.2: conferências episcopais - superiores maiores; 6.3: AFMENC - Igrejas locais).
- Fases: formação sobre os princípios sinodais; encontros presenciais (com a oração do “*Adsumus*”) e online; auscultação de bispos, consagrados e moderadores de associações (questionários e entrevistas); partilha e revisão conjunta de textos; síntese final orientada para a prática.

5. Propostas principais

I. Relações entre bispos e vida consagrada

- a. Critérios de discernimento: elaborar os critérios teológico-jurídicos para a aprovação de novos institutos, sociedades de vida apostólica e formas emergentes.
- b. Participação e diálogo: nomeação, em cada diocese, de um delegado/vigário para a vida consagrada; encontros anuais entre bispos, pessoas consagradas e conferências de superiores maiores, segundo o método da “conversação no Espírito”.
- c. Acompanhamento sinodal: visitas personalizadas, apoio nos processos de transição histórica (declínio vocacional, supressão, gestão de bens), criação de espaços de diálogo e apoio espiritual.
- d. Protocolos e monitorização: acordos de cooperação obrigatórios para cada missão, formação, paridade de género, remunerações e gestão patrimonial; comissões de conciliação; prazos e indicadores de responsabilidade.

II. Colaboração entre conferências episcopais e conferências de superiores maiores

- a. Conhecimento recíproco e fraternidade: visitas *ad limina* preparadas conjuntamente; espaços de fraternidade (retiros, jubileus); encontros anuais de secretariados gerais.
- b. Formação conjunta: módulos sobre sinodalidade, eclesiologia e *leadership* nos seminários, noviciados e centros de formação.
- c. Projetos sinodais: iniciativas anuais multidisciplinares (clero, consagrados, leigos) ao serviço das periferias; comissões de diagnóstico para avaliar e divulgar boas práticas.
- d. Estruturas sinodais estáveis: protocolos claros sobre a colaboração pastoral e sobre os recursos; delegados religiosos nas conferências episcopais; representação plena de consagrados e leigos nos organismos de decisão.

III. Relações entre associações eclesiais (AFMENC) e Igrejas locais

- a. Identidade e escuta: definição terminológica de AFMENC (associações de fiéis, movimentos, novas comunidades); escuta atenta dos moderadores e dos bispos para identificar os desafios e as práticas adotadas.
- b. Princípios orientadores: comunhão, co-essencialidade, sinodalidade e conversão relacional como chaves interpretativas para relacionamentos autênticos.

- c. Propostas para a relação bispos - AFMENC: mudança de mentalidade recíproca; conhecimento pessoal e visitas periódicas; inserção sistemática nos planos pastorais diocesanos; organismos de participação (consultas, conselhos pastorais, assembleias sinodais).
- d. Sinodalidade horizontal: desenvolvimento de redes entre AFMENC para projetos comuns, partilha de recursos e incentivo à complementaridade carismática.
- e. Formação específica: percursos para membros de AFMENC (*leadership*, processos decisoriais, liberdade - comunhão); formação nos seminários sobre vocação laical e associações; formação dos bispos sobre as potencialidades e especificidades das AFMENC.